

Formação Educacional da Mulher Paraibana: permanências e mudanças (1913)*

Erinalva Lopes dos Santos

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

Estudante do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba PPGE/UFPB

Maria Lucia da Silva Nunes

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

Professora doutora da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB.

Palavras-chaves: educação feminina – permanências – mudanças

Resumo

Este artigo almeja explicitar, no difícil diálogo estabelecido entre os princípios teóricos e evidências empíricas de que dispomos, as permanências e mudanças ocorridas na formação educacional feminina, através de dois artigos publicados no ano de 1913 nos jornais “O Estado da Parahyba” e “A Imprensa”. Os estudos feitos em periódicos são considerados importantes como fontes e objetos no domínio temático da História da Educação e fazem parte do campo da historiografia denominada Nova História Cultural. Ao observar os artigos citados, percebemos que a fala da elite intelectual republicana em defesa da educação feminina na Paraíba, pautou-se pela necessidade de educar a mulher, para exercer com louvor o seu papel primordial de mãe educadora. À mulher devia ser ministrada uma sólida educação elementar, pois a nova sociedade exigia uma mulher apta para educar o novo homem, entretanto esta sólida educação não podia transpor os limites de uma educação doméstica. O enclausuramento que lhe fora impingido, por longos anos, não condizia mais com a modernidade dos hábitos, dos costumes, alicerçados pela urbanização e as inovações oriundas do exterior. Esse novo panorama social transformou, de certo modo, o comportamento feminino, estimulando debates sobre a educação da mulher. Não podemos esquecer que o discurso educacional entusiasmado do início do século XX surge emparelhado com o novo regime político; a República, concomitante com a criação de redes telegráficas, a crescente urbanização, instalações de ferrovias e o incipiente processo de crescimento industrial, entre outros. Os ecos das mudanças propaladas pelos republicanos na capital federal chegaram à Paraíba e se depararam com um sistema oligárquico. A política paraibana de clientelismo determinou os rumos que a educação primária devia tomar, dificultando um trabalho profícuo de alfabetização do povo, nos moldes de um novo regime político com aspiração à emancipação e ao desenvolvimento dentro dos padrões de modernidade vigente. Entretanto, e apesar das dificuldades políticas, geográficas e sociais encontradas na Parayba do Norte, as idéias republicanas correlatas à educação penetraram os discursos da intelectualidade

local, Conseqüentemente, esses acontecimentos, de cunho modernista, proporcionaram uma abertura para a participação da mulher na dinâmica social.

Considerações iniciais

A Educação feminina se dava inicialmente na esfera doméstica, e se estendia à instituição educacional, com a finalidade de formar a mulher para o magistério ou para ser uma boa dona de casa. Sem exigir para tanto uma formação acadêmica pautada nas disciplinas científicas. Configurava-se, portanto, a representação de fragilidade no exato instante em que a sociedade admitia que à mulher fazia-se desnecessário o domínio dos conhecimentos científicos tão caros à academia, pois tais conhecimentos eram “complicados” à sua constituição intelectual.

Nosso trabalho está fulcrado em dois artigos publicados em dois periódicos paraibanos no ano de 1913 nos jornais O Estado da Parahyba¹ e A Imprensa². Os periódicos citados foram utilizados como veículo do pensamento da elite paraibana, os quais orientaram as discussões sobre o papel da mulher na sociedade. E influenciados pelo progresso, pela crescente urbanização e pelas novas concepções de sociedade, terminaram por direcionar as preocupações com uma educação institucional para a mulher.

Os estudos feitos em periódicos (jornais e revistas) são, hoje, importantes como fontes e objeto no domínio temático de História da Educação. Referenciar as idéias de educação veiculadas nesses meios de comunicação se traduz num (re) fazer complexo e desafiador, pois neles encontramos um campo de ação de sujeitos individuais e coletivos, produtos e produtores de interesses, marcados por experiências, afetadas de valores. Além de estar inseridos num determinado contexto sócio-econômico e político.

As inovações no campo da historiografia da educação estão diretamente relacionadas às inovações na metodologia da história, e se colocam frente a esses desafios lançando novos olhares para o estudo dos vários modos de formação educacionais. Essas renovações são de caráter metodológico e de categoria de análise sendo o objeto de estudo encarado como um campo de multiplicidades, passando pelas histórias de vida, as imagens, as representações morais e memorialistas, o imaginário, os grafismos, etc. Calcada no relativismo, a nova história cultural tem como idéia principal que toda realidade social é culturalmente construída. Não existe uma idéia central ou periférica, porém idéias centrais e idéias periféricas. Desvincula-se dos padrões tradicionais em relação às fontes. Para a historia tradicional a pesquisa só deve ocorrer através de documentos oficiais, os quais falam a verdade incontestada. Porém, para a nova história cultural os documentos oficiais devem ser questionados em sua neutralidade e veracidade. A

historiografia já não se pauta nas grandes narrativas, de eminentes personagens; busca-se, agora, a história em síntese (BURKE, 1991)³.

Nessa nova perspectiva historiográfica os objetos de estudo comportam tantos vieses de análise quantas forem as perspectivas e referenciais teóricos adotados pelo sujeito, isto é, o pesquisador. Como diz Levi (1992, p. 134)⁴:

[...] toda ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. [Sendo assim o] historiador não está preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais.

Desse modo, o artigo coaduna-se com essa nova forma de tratar a construção e as interpretações históricas sobre o passado das sociedades humanas. “O passado é [...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBBSAWM, 1998, p. 22)⁵.

Esse aspecto nos parece relevante uma vez que a História da Educação brasileira, antes baseada em grandes sínteses que preconizam um recorte notadamente macro-estrutural, levando muitas vezes a análises genéricas e superficiais, passando a valorizar as produções no nível local e regional. Ao historiador(a) cabe lidar com as diferenças, impasses e multiplicidades, dando-nos a idéia de que a história é também feita com a participação de sujeitos sociais e estes não foram apenas figurantes no seu tempo, mas sim atores que empreenderam um fazer histórico.

Ao facultar uma investigação como essa, estaremos contribuindo com os debates contemporâneos que valorizam interpretações históricas baseadas na especificidade e singularidade, estabelecendo uma relação do objeto de pesquisa em níveis local, regional e nacional. Admitir o sentido histórico de um meio de comunicação, no nosso caso a imprensa paraibana implica na análise de singularidade na totalidade (NETTO, 1998)⁶.

O novo regime político – a República –, o emergente crescimento da lavoura cafeeira, as instalações portuárias, ferrovias, o crescimento urbano, foram os fatores que, entre outros, ocasionaram uma mudança no pensamento da intelectualidade brasileira, direcionando sua luta pela implantação de uma educação institucionalizada para a população. Essas mudanças, influenciadas pelas revoluções na Europa, faziam surgir inquietações sociais iniciando a preparação do povo para a participação nos acontecimentos, inclusive políticos. Como assinala Nagle (1985)⁷, assiste-se a um período de “entusiasmo pela educação” logo seguido por uma fase de “otimismo pedagógico”.

Assim, o período de transição do Império para a República e de efetiva consolidação desta, caracterizou-se por uma grande efervescência intelectual, social e cultural, “[...] foi uma época caracterizada por grandes movimentos de idéias em geral importadas da Europa” (CARVALHO, 1999, p. 42)⁸. Pensava-se em construir um país democrático e moderno. As elites intelectuais debatiam os grandes temas nacionais, focalizando a questão educacional como o principal fator na construção de uma nação sólida e próspera. Destacando-se entre os pensadores da época temos Rui Barbosa, o grande defensor da escola pública. Seu discurso se pautava na concepção de que o mal que assolava o Brasil emergia do analfabetismo. Para uma nação democrática se fazia necessário a difusão de escolas e ao Estado competia o controle de tal intento (Valle, 1997)⁹. Para Rui Barbosa, a ignorância de um povo causa a ruína do regime político nascente. Percebe-se, então, que a luta pela expansão e melhoria do ensino público fez parte das principais discussões republicanas, nomeando a educação como fator indispensável ao progresso sócio-econômico do país.

Como essa realidade nacional se reproduzia na Paraíba, onde as escolas elementares careciam quase que totalmente de professores qualificados?

Os ecos das mudanças propaladas pelos republicanos na capital federal chegaram à Paraíba e se depararam com um sistema oligárquico. A política paraibana de clientelismo determinou os rumos que a educação primária devia tomar, dificultando um trabalho profícuo de alfabetização do povo, nos moldes de um novo regime político com aspiração à emancipação e ao desenvolvimento dentro dos padrões de modernidade vigente. Entretanto, e apesar das dificuldades políticas, geográficas e sociais encontradas na Paraíba do Norte, as idéias republicanas correlatas à educação penetraram os discursos da intelectualidade local. A discussão por melhorias na educação foi norteada pela necessidade da criação de grupos escolares, que viria a acontecer por volta da segunda década do século XX:

O discurso da elite paraibana sobre a necessidade da criação de grupos escolares no estado reportava-se ao fato de outros estados do Brasil já terem, há alguns anos, iniciado o processo de implantação e expansão dessas unidades escolares [...] (PINHEIRO, 2002, p.127)¹⁰.

Conseqüentemente, esses acontecimentos, de cunho modernista, proporcionaram uma abertura para a participação da mulher na dinâmica social. “O ensino primário, que se expandiu com a República, concentrou em si um considerável número de mulheres, provenientes do meio urbano e da classe média” (SANTOS e KULESZA, 2003, p.164)¹¹.

As formas de controle exercidas sobre a educação dada à mulher no período estudado, despertaram-nos o interesse em compreender a relação existente no processo de conservação e mudança ocorrido na formação educacional da mulher paraibana, sem perder de vista que, como diz Lopes (2001, p.74)¹²:

Ser mulher nunca foi fácil. Esse excesso de proibições, vigilância e discussões normativas, no entanto, acabaram por, em todas as épocas, gerar comportamentos considerados desviantes, perigosos, indignos, heréticos. A mulher com toda a sua fragilidade era capaz de ameaçar a sociedade.

Sabemos que, no período, disseminavam-se a representação da mulher como um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para cuidar do lar, dos filhos e do marido e que, por isso, foi destinada, por natureza, para a vida doméstica. Estabelecidas essas condições sociais, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas da natureza. Para isso, montou-se um discurso ideológico do “ser feminino” e da “função feminina” como natural e não como histórico e socialmente determinado. Um exemplo salutar desta preocupação com a fragilidade feminina está bem defendida nas palavras de Rui Barbosa ao criticar a possibilidade de co-educação no Brasil, saindo na defesa de que esta modalidade de ensino é uma ameaça à constituição frágil da mulher que, em contato com o sexo oposto, poderá provocar danos irreparáveis em sua formação biológica, acarretando danos nas próximas gerações (NASCIMENTO, 1997)¹³.

Modernidade e educação feminina na primeira República

As inovações ocorridas no comportamento feminino nas grandes capitais brasileiras chegaram à Paraíba, causando grande preocupação. Desencadeou-se uma freqüente publicação de artigos que discutiam essas inovações; ora na defesa da permanência de uma educação feminina nos moldes da portuguesa, nuançada por um contato social precavido contra os perigos que este contato acarretaria ao bom funcionamento social. Ora, seguindo as novidades que o progresso apontava, em defesa de uma educação humanista, “enfocando uma formação para a beleza, a estética, o bom gosto e o clássico, contrário ao fazer doméstico” (SANTOS e KULESZA, 2003, P. 156)¹⁴.

O jornal A Imprensa publicou, no mês de fevereiro do ano de 1913, o artigo A Educação da Mulher, que exalta o discurso do bispo de Uberaba em uma festa colegial, provavelmente de uma escola feminina, expondo sua visão sobre a melhor forma de educar a mulher. Inicialmente o bispo cita um concurso realizado no jornal americano para premiar a melhor resposta a seguinte pergunta: “Que houvemos de fazer das nossas filhas?”

A resposta premiada pelo jornal defendia que primeiramente se deve formar uma mulher cristã. O que não causa espanto, pois o jornal A Imprensa, de constituição católica, encontrava-se no embate contra a laicização no campo educacional, bastante debatida no período. Em seguida diz que é preciso educá-las dando-lhes “uma boa instrução elementar, e depois [ensinar-lhes] a

preparar convenientemente uma refeição, a lavar, a passar a ferro, a concertar as meias, fazer uma camisa, a cortar as suas roupas e vestidos. Que elas saibam que uma boa cozinha poupa muita despesa com o médico e a farmácia.” (A EDUCAÇÃO... 1913, p. 1)¹⁵

O interesse em manter um padrão de comportamento feminino que não alterasse significativamente a sociedade era o foco de discussão de uma elite, e esta, estarecida frente ao movimento frenético da modernidade, do progresso e sua incessante luta para manter incólumes os valores sociais então vigentes na Paraíba. A veemente defesa de uma educação feminina baseado no modelo conservador chegava a expressar um movimento na contra-mão, ao passo que, para os conservadores a boa educação de uma moça, entre outras, era ensinar-lhes que “um vestido de chita já pago lhes fica muito melhor do que um vestido de seda, cujo preço ainda está em dívida” (A EDUCAÇÃO... 1913, p. 1)¹⁶

. Parecia passar despercebido para tais intelectuais que o valor da humildade, tão caro para a igreja católica, perdia sua importância diante do aumento acelerado do consumo, das novidades oriundas da industrialização e do comércio de peças importadas de outros países, especialmente países da Europa. Era a moda advinda da França que modificava as cabeças das jovens paraibanas, modificando seu vestir, seu pentear e seu portar-se diante da sociedade.

A vida na cidade, configurada por matizes de vários segmentos sociais, dos antigos moradores da área rural aos imigrantes estrangeiros, punha em evidência várias questões sobre temas variados de comportamentos sociais. Um deles era a preocupação de salvaguardar a família. Na busca por resposta a essas questões, a elite intelectual elegia a mudança de costumes sociais, inclusive os novos modos de comportamentos das mulheres, como ameaçadores ao equilíbrio da sociedade. A fala em defesa de uma educação doméstica, eloqüentemente exposta no artigo em estudo, expressa muito bem esta preocupação:

A ciência do governo doméstico é uma pequenina enciclopédia que vai desde o manejo da vassoura a roupa, a boa disposição e conservação da mobília, a redução das cousas que parecem inúteis a tudo o que allivia os encargos da vida e faz um lar doméstico atraente e confortável. Necessário é ensinar a donzela os trabalhos domésticos que constituem o mundo da mulher, ensinar-lhe a ser boa dona de casa (A EDUCAÇÃO... 1913, p. 1)¹⁷.

Por outro lado, diante das inovações trazidas pela modernidade, não ficava bem prender-se na possibilidade de educar a mulher apenas para os afazeres domésticos, deixando-a completamente analfabeta. “Uma mulher ignorante obscurecerá o espírito dos seus filhos, ao passo que a instruída estimulará vigorosamente a atividade no lar doméstico” (A EDUCAÇÃO... 1913, p.1)¹⁸. A necessidade de uma educação escolar para a mulher era defendida, porém, esta precisava ser devidamente ministrada de maneira a não atrapalhar o curso normal de seu desenvolvimento, era importante ter cautela e evitar que “a mulher literata absorva a dona de casa” (A EDUCAÇÃO... 1913, p. 1)¹⁹.

Já o debate da intelectualidade progressista é influenciado pela modernidade e está bem representado pelo artigo: O que serão as moças em 1913? publicado no jornal Estado da Paraíba. O artigo expressa a mudança no comportamento feminino fazendo uma sutil cronologia tomando como base os anos de 1840, chegando aos anos de 1913. Para o articulista, as mudanças no comportamento feminino começaram a partir da inovação na maneira de se alimentar, no hábito pela leitura e o interesse que a mulher mostrava por estar sempre bem informada sobre os acontecimentos sociais.

Diz o artigo que a moça de “1840 era modesta, pouco comunicativa e um pouco melancólica. Falava pouco e lia ainda menos, podia ter sentimentos secretos. Mas era perfectamente educada. [...]” (O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²⁰. Defende o articulista que este comportamento tinha uma “certa graça”, porém não harmonizava com os novos acontecimentos de uma sociedade em acelerada mudança.

Na dinâmica social urbana que condicionava ao mesmo convívio social as tradições e os novos costumes trazidos pela modernidade, realidades tão distintas, a imprensa paraibana realçava as discussões que tinham um destaque na educação. Para tanto a mulher:

“Terá numerosos livros e revistas a seu alcance, por serem feitas para seu espírito e porque já não se julga que fique mal a moça ser dada à leitura. Ouvirá também uma infinidade de conferencias, sem contar com o auxilio do fonógrafo para o conhecimento da musica clássica e do cinematógrafo para o conhecimento dos grandes fatos históricos . [...]”(O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²¹

O que seria da mulher nos novos tempos sem uma educação dentro dos moldes modernos, porém sem fugir dos dogmas estabelecidos e que permaneciam na sociedade? Adotava-se, assim, os propósitos positivistas e impunha-se uma missão, a de adequar o pensamento, o comportamento e o caráter da mulher a nova realidade social sem que causasse um abalo profundo na estrutura social.

A necessidade de uma adequação ao novo ritmo social, que exigia da mulher uma participação nos eventos, impulsionou-a na busca por conhecimentos que proporcionasse um aprofundamento no mundo da arte. Veja o que diz o artigo:

É indiscutível que os recursos de instrução para moças têm feito grande progresso. Basta lembrar o que era o estudo da musica há trinta annos; um velho professor ou professora que apenas se preocupava com a posição elegante e artificial ao piano e ensinava melodias romanticas ou brilhantes. Nem uma palavra de solfejo. Hoje já as moças lêem e notam musica é provavel que em 1913 saibam também um pouco de contra-ponto e hamonia” (O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²²

Para o articulista, ou a articulista, visto que o artigo em estudo não traz o nome de quem o produziu³, as moças de 1913 interessavam-se por produções artísticas buscando conhecimentos sólidos sobre a arte, deixando de lado os desenhos convencionais. “As senhoritas de hoje preferem ter conhecimentos serios sobre arte e dispensam-se das vagas e horrendas aquarellas. Ou *fazem arte* a valer ou discutem-n’a apenas, mas com bases sólidas” (O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²⁴.

Mas não é apenas com cultivo ao intellecto que as moças de 1913 irão dispor as preocupações. Também estavam preocupadas com o cultivo do corpo através do esporte. Influencia das concepções higienistas que vinham se propagando nos discursos dos intelectuais e fazendo parte de um ideal modernista ligado ao processo acelerado de urbanização.

Outra preocupação nova entre as moças é a de hygiene. Lêem e observam tudo quanto diz respeito á saude e sciencia do lar. São também muito dadas ao *sport*. Mesmo no Brasil ou, mais especialmente em S. Paulo, até o *foot-ball* tem cultivado. Em 1913 se *sport* favorito será o *golf*, que acabará de aperfeiçoar sua beleza physica, apurando-lhe a linha esbelta e vigorosa O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²⁵

Por fim, de acordo com o artigo em estudo, a mulher em 1913 terá sobriedade em seu vestir, livando-se dos ornamentos bastante utilizados no período imperial. “Será, enfim, muito moderna e todo o seu modismo será composto de qualidades” (O QUE SERÃO... 1913, p. 1)²⁶.

Considerações finais

Com esse estudo sobre a educação feminina na Paraíba, tendo como o fio da meada esse trabalho, podemos considerar que a imprensa é um veículo facilitador de uma compreensão da dinâmica (parcial) da sociedade paraibana, no período em foco. Sua relação imediata com os acontecimentos nos proporciona uma ferramenta bastante útil para os estudos sobre representações sociais em relação à educação da mulher.

Foi a partir dessa possibilidade que procuramos interpretar o discurso sobre a educação feminina na Paraíba no ano de 1913, procurando explicitar as idéias e concepções sobre a educação da mulher veiculadas pelos jornais O Estado da Parahyba e A Imprensa. A imagem da educação

feminina divulgada num discurso não reflete a realidade, mas é considerada como o reflexo ideal para ser seguido pelas mulheres. O discurso não espelha o real, mas dá a idéia de ser o real.

Os discursos sobre a educação da mulher nos periódicos paraibanos divergiam quanto ao método e ao conteúdo da educação feminina mas convergiam no propósito de manter, à luz positivista, uma educação que buscava ajustar a combinação do ideal tradicional de pureza e submissão ao jeito moderno de agir em uma nova sociedade.

No movimento frenético da modernidade, a transformação e a mudança deixam de ser um ato de construção e passa a ser substituído pelo ato de consumir. As regras, funções, ideais tornam-se mercadorias a serem consumidas. O processo de inovação na educação feminina rompeu, de certa forma, com esse ato de consumir, porém, a ruptura, ao que parece, foi acontecendo dentro dos moldes permitido pela sociedade paraibana do período estudado.

Entretanto, dentro destes limites e apesar de toda cautela, esta preocupação dos intelectuais, conservadores e progressistas, com a educação dirigida à mulher permitiu a alteração na dinâmica da instituição educacional, possibilitando uma abertura de atuação no magistério, conseqüentemente abrindo-lhes a possibilidade de vida social, antes abstraída.

Notas